

Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo Marx*

Claus Magno Germer*

Introdução

O método de Marx constitui tema de relevância especial para o desenvolvimento da teoria marxista. Não me refiro ao caráter genérico da relevância do método como momento essencial de toda pesquisa científica, mas ao caráter específico da sua relevância atual para o marxismo, devido às consequências da acentuada diferença da base filosófica do marxismo em relação à base filosófica da ciência não marxista, que é dominante. A base filosófica do marxismo é o materialismo, entendido como corrente da filosofia, que se contrapõe ao idealismo, base filosófica da ciência não marxista, e o seu método é a lógica dialética, em oposição à lógica formal dominante¹. Dado o domínio absoluto do idealismo e da lógica formal no *establishment* científico das sociedades capitalistas, projetando-se ademais nos modos de pensar do senso comum em geral, e dada a inferioridade numérica do materialismo e dos pesquisadores marxistas nestes meios, compreende-se não só a dificuldade de apreensão das particularidades da filosofia e do método marxistas, mas também a possibilidade da sua apreensão distorcida pela influência dominante de um modo de pensar em tudo oposto a eles².

A deficiente apreensão do método teórico de Marx reflete-se, em primeiro lugar, em deficiências metodológicas na produção teórica marxista, e adicionalmente na pequena frequência de textos que abordam os problemas do método³. Na literatura econômica brasileira, em que a produção de base marxista comparece modestamente, esta insuficiência é obviamente mais acentuada⁴. Uma das causas desta insuficiência é o insuficiente aprofundamento da discussão do tema, em confronto com a sua complexidade e com a variedade de aspectos relevantes e ângulos de análise que comporta. Dada esta complexidade, um artigo sobre o tema deve limitar-se à abordagem de um ou poucos aspectos ou ângulos de análise. Tendo isto em conta, o presente artigo tem como objetivo principal a discussão do significado e relevância dos conceitos de 'concreto' e 'abstrato' no método de Marx, aplicados à economia política.

Devido às limitações inerentes à forma artigo, a cobertura do tema não pode ser completa, não tendo sido possível, por exemplo, explorar em toda a extensão os textos citados. Também ficaram sem aprofundar - ou foram apenas mencionados - aspectos importantes do método de Marx e suas implicações, como por exemplo a dialética e o sentido do seu polêmico caráter lógico-histórico, entre outros. Também não pude incluir referências a passagens metodológicas importantes presentes em outras obras de Marx, com destaque para o próprio *O Capital* e *Teorias da Mais-Valia*, bem como obras essenciais de Engels e

* Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa que conta com apoio do CNPq através de bolsa de pesquisa.

* Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico da UFPR.

¹ Há uma diferença nestas duas distinções, pois o materialismo e o idealismo constituem opostos excludentes, ao passo que a lógica dialética incorpora a lógica formal como um seu momento.

² Exemplo contundente disto é o chamado 'marxismo analítico', que constitui um implausível 'marxismo' com base no individualismo metodológico, antípoda filosófico do marxismo. Ver sua defesa em Roemer (1989), e uma crítica em Wood (1989) e Lebowitz (1994), entre outros. Um exemplo interessante da influência determinante do modo de pensar dominante sobre os critérios do pensamento é o artigo de Oliveira (1997), que procura avaliar aspectos do método de Marx - baseado no materialismo e na dialética - utilizando os critérios do método oposto - baseado no idealismo e na lógica formal -, do que resulta tratar a contradição, ao meu ver, apenas na medida em que pode ser admitida como um caso particular da lógica formal. Creio ser inócua a avaliação de uma teoria pelos critérios de outra teoria que adota pressupostos contrários aos da primeira.

³ Um levantamento sumário nos periódicos econômicos brasileiros de mais destaque permitiram identificar os seguintes artigos dedicados ao tema do método de Marx, nos últimos dez anos: Oliveira (1997), Paula (1994), Paulani (1994), Saad Filho (1997), Silvestre e Calazans (1995).

⁴ No exterior, especialmente nos países de língua inglesa, a produção acadêmica marxista cresceu de modo significativo no mesmo período, como se pode verificar, por exemplo, na bibliografia do artigo de Saad Filho (1997).

outros autores marxistas. Por prudência e método, o presente artigo explora basicamente os textos metodológicos iniciais de Marx (e Engels).

Uma das causas da dificuldade geralmente atribuída á discussão do método de Marx é o fato de este não ter redigido um texto em que o explicitasse de modo completo e inequívoco. Dizer isto implica que o seu texto, que traz este título - MEP⁵ -, é insuficiente como exposição do seu método, o que é um fato. É possível, porém, que uma causa das dificuldades deva-se à controvérsia entre os estudiosos de Marx, referente à medida em que se pode admitir uma continuidade ou ruptura na evolução do seu pensamento, a partir dos seus primeiros escritos do início dos anos 1840. Esta polémica foi desencadeada pela publicação, nos anos 1960, dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 (MEF). Todavia, Marx redigiu diversos textos de natureza eminentemente filosófica e metodológica no início da sua atividade, como se indicará -, não havendo razão para particularizar os MEF⁶ -, e a sua sequência parece constituir uma exposição bastante satisfatória e clara dos princípios filosóficos e metodológicos sobre cuja base erigiu a sua obra teórica nos anos seguintes. A análise desta sequência de textos fornece argumentos significativos no sentido da existência de uma continuidade essencial da obra de Marx com base nos princípios metodológicos a cuja definição se dedicou no início da sua carreira. Mais do que isto, estes textos, tomados em conjuntos, parecem fornecer uma exposição bastante completa dos aspectos essenciais do seu método. Uma afirmação de Marx, no prefácio da CEP, publicada em 1859, é significativa como confirmação desta continuidade. Nesta passagem Marx relata o resultado dos seus estudos metodológicos, desde a crítica da filosofia do direito de Hegel até os textos produzidos em Bruxelas - os importantes TF e IA -, dizendo que este resultado geral, “uma vez obtido, serviu como fio condutor dos meus estudos” (CEP, p. 135/100). É significativo o fato de Marx fazer tal afirmação em 1859, quase 15 anos após os estudos aos quais se refere, e quando já havia formulado o primeiro esboço geral do *O Capital*, representado pelos Grundrisse.

A sequência cronológica dos textos mostra que os escritos metodológicos mais importantes de Marx, nos anos 40, que são a IA, as TF, a SF e MF, nesta ordem, foram escritos após dois textos iniciais em que se definiu sobre dois aspectos fundamentais do método. Estes textos são a *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel* e os MEF. No primeiro Marx situou-se claramente no terreno filosófico do materialismo, com base na crítica do idealismo de Hegel⁷. Nos MEF Marx fez a primeira incursão na crítica da Economia Política, representada principalmente pelas obras de Smith e Ricardo, assinalando que fez a crítica com base nos conceitos da própria economia política, mas adotando como eixo da análise a contradição entre propriedade privada e trabalho. Marx conclui que a economia política, apesar de erigir o trabalho em fonte do valor, toma inteiramente o partido da propriedade privada. Esclarece também que o trabalho focalizado pela economia clássica não é o trabalho em geral, mas sua forma particular de trabalho alienado, o trabalho submetido ao capital. O procedimento de Marx, de refazer a análise utilizando os próprios conceitos da economia clássica, mas partindo do ponto de vista do trabalho,

⁵ Os textos metodológicos de Marx, citados neste artigo com maior frequência, serão identificados por abreviações com base nas iniciais dos seus títulos em português, indicadas na bibliografia ao final do artigo. As consultas foram feitas, sempre que possível, às versões originais em alemão e às edições em português ou espanhol. As citações foram traduzidas pelo autor, em confronto com as traduções consultadas. As páginas são da edição traduzida, seguidas das páginas no original.

⁶ Os MEF não me parecem - em uma avaliação inicial - contribuir de modo especial para a compreensão do método de Marx. Parece que o tratamento dado por Marx à alienação e ao trabalho alienado constituíram a mais forte razão para a ênfase da discussão da época.

⁷ “O primeiro trabalho, empreendido para resolver as dúvidas que me assaltavam, foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel (...). A minha investigação desembocou na conclusão de que as relações jurídicas como formas do Estado não podem ser compreendidas nem a partir delas mesmas, nem a partir do chamado desenvolvimento geral do intelecto humano, mas enraízam-se, ao contrário, nas relações materiais da vida, cujo conjunto Hegel, seguindo a formulação dos ingleses e franceses do século 18, sintetiza sob o nome de ‘sociedade civil’, e [na conclusão de] que a anatomia da sociedade burguesa deve ser buscada na economia política” (CEP, p. 135/100, inserção acrescentada).

permitiu-lhe colocar em evidência a contradição de interesses de classes localizada na base do capitalismo.

Nos textos seguintes Marx aprofundou a crítica ao idealismo e aperfeiçoou as suas concepções sobre o materialismo, graças a uma crítica rigorosa ao materialismo naturalista de Feuerbach, que foi o autor que lhe abriu o horizonte da crítica do idealismo hegeliano. Os capítulos sobre o método, na SF e na MF, constituem esclarecimentos essenciais sobre as origens dos equívocos metodológicos do idealismo - especialmente sobre a aplicação da abstração como método - e sobre o modo de conceber o conhecimento da realidade de um ponto de vista materialista. Mas é no primeiro capítulo da IA, o texto mais importante desta fase, do ponto de vista metodológico, que Marx e Engels lançam os fundamentos da sua própria concepção sobre o método de análise da evolução social. Somente 10 anos mais tarde, em 1857, é que Marx elabora o importante MEP. Neste texto, embora não apareçam inovações conceituais, Marx faz uma sistematização do processo de elaboração teórica na economia, através da aplicação dos princípios da concepção filosófica materialista geral, desenvolvidos nos textos anteriores, acima mencionados.

O presente artigo procura analisar o método de Marx aplicado à economia. Embora este método constitua uma aplicação de princípios gerais a um campo particular de conhecimento, ao qual Marx chegou exatamente nesta ordem, esta não parece ser a ordem mais apropriada à exposição do seu resultado. Neste texto se fará o percurso inverso, do método aplicado à economia aos princípios gerais, de modo que estes serão expostos como justificação e fundamentação do método da economia.

O método de pesquisa adequado à economia ou a dialética abstrato/concreto

No MEP Marx formula um enunciado que constitui a síntese do seu método, baseado na concepção materialista e dialética da realidade. Segundo este enunciado, o processo do conhecimento, na economia, realiza-se em duas fases. A primeira fase começa com a população

e vai deste “*concreto* como representação a *abstratos* cada vez mais tênues, até chegar às determinações mais simples. Daí seria necessário retomar a viagem em sentido inverso [que é a segunda fase - CMG], até (...) chega[r] novamente à população, mas desta vez não como uma *representação caótica* de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MEP, p. 122/36).

Em seguida acrescenta:

“O último [isto é, a viagem das abstrações ao concreto - CMG] é claramente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, portanto unidade do diverso. Por isso ele aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora constitua o ponto de partida real e por isso também o ponto de partida da intuição e da representação”.

Os termos abstrato e concreto, integrantes da terminologia filosófica alemã até Hegel, possuem significados diferentes em Hegel e em Marx. Em primeira aproximação o abstrato designa um conceito, produzido pelo chamado método da abstração, que consiste em extrair da realidade perceptível - como representação mental - uma parte ou aspecto específico⁸ (Inwood, p. 41). É neste sentido que Marx utiliza o termo. O abstrato é portanto um produto do pensamento, e consiste na representação mental de um elemento isolado da realidade empírica, tal como esta se reflete de modo direto no pensamento. Neste sentido o abstrato constitui uma fase elementar do conhecimento mas não é o próprio conhecimento, pois este não se reduz à representação de um ou diversos aspectos isolados da realidade. O conhecimento

⁸ Alternativamente a ‘abstração’ pode ser definida como o processo de eliminar as características não essenciais de um conjunto de fenômenos, preservando a característica geral comum a todos eles.

consiste no concreto, isto é, na apreensão do objeto analisado como o conjunto dos seus componentes interrelacionados de modo definido, ou na estruturação interna do objeto⁹.

No início do texto mencionado, Marx afirma que o método correto da economia, em primeira aproximação, *parece* consistir em começar do ‘real e concreto’, como a população de um país e sua distribuição quantitativa em classes, ou na cidade e no campo, ou nos diferentes ramos de produção. Mas observa que a população, assim entendida, é uma abstração, pois ela constitui um conceito vazio na medida que omitimos as classes que a compõem e os elementos sobre os quais estas se apóiam, como o trabalho assalariado, o capital, etc. (MEP, p. 122/35-6).

A população aparece duas vezes no argumento, em ambas com a menção às classes que a integram, mas na primeira vez estas aparecem de um modo que Marx considera inadequado, o que não ocorre na segunda, o que parece contraditório. O motivo é que na primeira menção as classes aparecem apenas como subdivisões numéricas da população, ao lado das subdivisões em cidade e campo, em ramos de produção, etc., ao passo que na segunda as classes são elementos constituintes da população, referidas aos seus fundamentos no trabalho, no capital, entre outros, expressando portanto conexões orgânicas. Apesar de a população ser, no primeiro sentido, o pressuposto real, ela é “uma abstração”, porque constitui a representação mental de um aspecto isolado de um todo complexo¹⁰. Assim, a população como ponto de partida “seria uma representação caótica do todo” (Ibidem, p. 122/36).

O sentido do conceito de concreto, na exposição de Marx, requer maior detalhamento, com base em duas distinções essenciais. A primeira consiste na distinção entre o que poderíamos denominar *concreto real* e *concreto pensado*, entendidos, respectivamente, como ponto de partida e como resultado do processo de conhecimento. Somente à segunda expressão é que se aplica apropriadamente o conceito de concreto, no sentido específico de que a realidade está compreendida ou interpretada pelo pensamento como totalidade orgânica. A segunda distinção decorre da concepção materialista de Marx e refere-se ao concreto como ponto de partida. Este deve ser entendido de dupla forma: por um lado, representando a realidade material, que existe independentemente do pensamento e é seu pressuposto. Este é o sentido adequado da expressão *concreto real*, porque designa o mundo material ou empírico realmente existente, que constitui o ponto de partida real de todo pensamento. No entanto, o ponto de partida do *processo de elaboração do conhecimento*¹¹, indicado por Marx, é o concreto como representação mental, isto é, como expressão da percepção imediata da realidade através dos sentidos, percepção esta que é uma representação caótica do todo. Parece adequada a designação de *concreto sensorial* a esta representação (Dicionário, 1984, p. 6; Inwood, p. 41).

Há uma certa imprecisão no uso do conceito de concreto na literatura. O significado do concreto em Marx é de representar o real inteligível, o que implica uma totalidade como síntese de muitos elementos interligados, ou muitas determinações, como na citação acima. Neste caso Marx o utiliza como categoria do pensamento e não da realidade empírica¹². Hegel expressa-se de modo idêntico, pelo menos em uma passagem: “... a idéia é essencialmente concreta, visto ser essa a unidade de distintas determinações” (Hegel, p. 103). A identificação do termo latino *concretus*, que lhe dá origem, torna mais claro o seu

⁹ “O conhecimento concreto da realidade só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo concreto” (Corazza, p. 38).

¹⁰ A abstração consiste, neste caso, em representar a população como simples agregação numérica de partes segundo diferentes critérios de classificação. Os agregados numéricos constituem, portanto, a extração ou abstração de uma característica da população - seu número - do contexto geral.

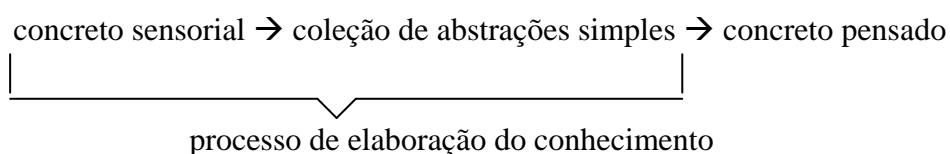
¹¹ Sugere-se uma distinção, esclarecida na sequência, entre o processo do conhecimento como um todo, e o processo de elaboração do conhecimento como um seu momento.

¹² “Marx uses the term ‘concrete’ in two distinct circumstances. First, to distinguish the actual from the conceptual and, second, to distinguish, within the sphere of the conceptual, concepts that are more or less determinate in thought” (Saad-Filho, 1997, p. 110).

significado: ‘formado ou crescido por agregação’ (Inwood, p. 41). Embora Marx pareça coincidir com Hegel ao conceber o concreto como categoria do pensamento, há uma diferença essencial: para Hegel o real situa-se no plano das idéias, sendo o empírico apenas aparência ou fenômeno, ao passo que para Marx o real é o empírico, o mundo material, e as idéias o seu reflexo no pensamento. Assim, o concreto como categoria do pensamento constitui apenas a maneira - a única possível - pela qual o pensamento reproduz o real como ele é, uma totalidade de muitos elementos interligados. Sendo assim, é legítimo utilizar as expressões *concreto real* e *concreto pensado*, embora Marx não as tenha utilizado¹³, uma vez que a totalidade real, como integração real dos seus componentes materiais, é o empírico, ao passo que o concreto como pensamento é apenas a sua reprodução do único modo possível ao ser humano¹⁴. Neste sentido a expressão *concreto sensorial* não é inteiramente adequada, pois o que é captado diretamente pelos sentidos não é o real como totalidade articulada, mas como caos. Mas mantém-se o *concreto sensorial*, por ser já consagrado na literatura.

O *concreto pensado* (a teoria), em oposição ao anterior é, como o nome diz, o concreto como produto ou resultado do pensamento através de um processo de síntese, de agregação, em que as diversas partes significativas da realidade são combinadas em uma totalidade, na qual se articulam dinamicamente de modo definido. Quais são as partes da realidade cuja síntese constitui o *concreto pensado*? São as partes ‘pensadas’ do concreto real, isto é, elaboradas pelo pensamento a partir do concreto sensorial, na forma de conceitos ou abstrações simples, que são isoladas e extraídas do todo caótico inicial e reduzidas às suas expressões elementares. As abstrações representam, portanto, os componentes significativos do real investigado. O mero agrupamento destes componentes em um conjunto, todavia, não constitui uma reprodução coerente e articulada do todo, mas apenas uma coleção de peças isoladas. Como tal coleção, este conjunto não constitui conhecimento do concreto real, pois não o apresenta como um todo internamente articulado e não identifica as leis do seu movimento. Na economia a identificação das abstrações simples, ou das peças elementares do sistema econômico, foi inicialmente realizada, segundo Marx, pelos economistas do século 17, que isolaram “algumas relações abstratas gerais, como divisão do trabalho, dinheiro, valor, preços, etc” (MEP, p. 122/36).

Estas abstrações são a matéria prima do conhecimento verdadeiro, representado pelo concreto pensado, cuja elaboração constitui a segunda fase, que Marx concebe como o método cientificamente correto. Assim, o processo de elaboração do conhecimento pelo pensamento, consiste, em primeiro lugar, na elaboração das abstrações ou conceitos, a partir do concreto sensorial - que é a primeira fase -, e em segundo lugar na reconstrução do real, pelo pensamento, a partir das abstrações elementares - a segunda fase -, do abstrato para o concreto propriamente dito, o concreto pensado. Esquemáticamente o *processo de elaboração do conhecimento* pode ser apresentado da seguinte forma:



Após a menção à elaboração das abstrações mais simples pelos economistas do séc. 17, diz Marx que, “assim que estes momentos isolados haviam sido mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos [isto é, os esboços do concreto pensado econômico - CMG], que se elevavam do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, o comércio entre as

¹³ Parece que Marx e Hegel utilizaram o termo concreto sem adjetivação, como em concreto real, por exemplo.

¹⁴ A confusão decorrente da definição insuficiente dos termos pode ser ilustrada pela afirmação de Corazza, de que Marx “parte do todo concreto” e, após a mediação da abstração, “retorna ao todo concreto”, com o que equipara os pontos de partida e chegada, apesar de corretamente acrescentar que no ponto de chegada ele é “reconstruído pelo pensamento” (Corazza, p. 39).

nações e o mercado mundial” (MEP, p. 122/36). Smith é um destes edificadores de sistemas teóricos, mas ainda se debate em contradições entre as representações do concreto sensorial e do concreto pensado:

“A economia política, em A. Smith, havia se desenvolvido até uma determinada totalidade, havia delimitado, em certo sentido, o terreno que abarca. Por um lado ele segue as conexões internas das categorias econômicas - ou a estrutura oculta do sistema econômico capitalista [o concreto pensado - CMG]. Por outro lado expõe a interconexão tal como é perceptível nas aparências da concorrência e como se apresenta portanto ao observador leigo [o concreto sensorial - CMG] (...)” (TMV2, p. 816).

O conceito de prática como base do pensamento

O processo de elaboração do conhecimento pelo pensamento constitui apenas a etapa mental do processo de conhecimento, partindo do concreto sensorial. Mas como se forma o concreto sensorial? Segundo a concepção materialista, ele constitui o reflexo, mediado pelos sentidos, do mundo material na mente. Mas este reflexo não é entendido por Marx como uma relação sujeito-objeto de tipo individual e contemplativo, nem é uma relação linear contínua, que se inicia com a sensação e termina com o conhecimento. É um processo de repetição contínua, que integra o processo contínuo de intercâmbio do ser humano com a natureza através do trabalho, que constitui a produção material. Ao produzir¹⁵, isto é, ao transformar os materiais naturais, o ser humano interpreta continuamente os efeitos da sua ação sobre a natureza e, com isso, interpreta a própria natureza, sua estrutura e dinâmica, e testa continuamente a sua interpretação, ao observar os efeitos positivos e negativos da sua ação baseada na interpretação anterior¹⁶. Com base nesta observação, reformula e refina as suas interpretações, que é o que constitui o processo de elaboração do conhecimento. Neste sentido é que se diz, na filosofia materialista, que o critério da verdade é a prática¹⁷. Pode-se dizer, sintetizando, que o processo do conhecimento consiste em duas etapas, sendo a primeira a ação material ou física do ser humano sobre a realidade material - a natureza, por um lado, e a sociedade, por outro - através do trabalho, e a segunda a sua ação intelectual sobre a mesma, que é o processo de elaboração mental do conhecimento com base no concreto sensorial. No conjunto, estas duas fases compõem a *prática*. Consequentemente, parece fundamentado afirmar que o processo do conhecimento coincide com o conceito de prática¹⁸. Sendo assim, o seguinte esquema parece

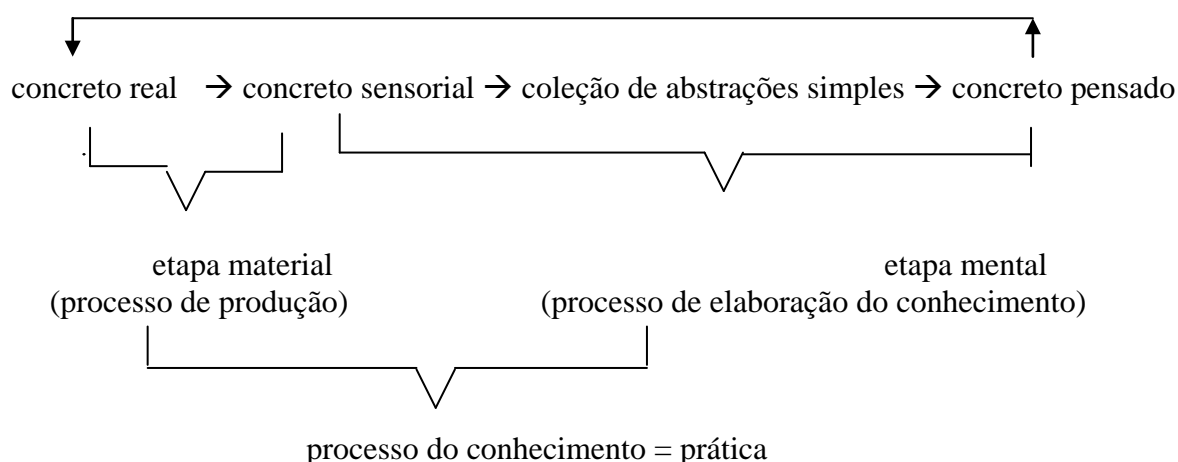
¹⁵ Os pressupostos empíricos da teoria de Marx, expostos na IA, são essenciais à compreensão da teoria, mas não podem ser detalhados aqui. Deve-se mencionar, porém, dois aspectos relevantes para a presente discussão. O primeiro é que o ser humano deixa de ser um mero animal quando passa a produzir os seus meios de vida, ou seja, trabalhar. Daí em diante a sua sobrevivência passa a depender essencialmente da produção e consequentemente do trabalho. Ou seja, a necessidade de trabalhar para sobreviver é o mais forte e urgente condicionamento da sociedade, no sentido de que nenhuma organização social é possível sem preencher este requisito. Disto decorre que o fator fundamental da explicação da forma da organização da sociedade em cada momento reside no modo pelo qual esta produz os meios da sua sobrevivência material, que coincide com o modo como se organiza o trabalho social. O segundo aspecto é que só a partir de então o ser humano começa a pensar, pois os pensamentos consistem na representação mental dos atos necessários à produção, que expressam a sua dupla relação com a natureza e uns com os outros.

¹⁶ Qualquer ato de produção, por mais elementar, implica a manipulação e transformação de materiais naturais com o objetivo premeditado de obter como resultado um produto, que é um novo material dotado de uma finalidade útil desejada. Um tal processo requer a consciência da existência de relações materiais causa-efeito definidas. Esta consciência resulta da realização repetida e continuamente aperfeiçoada de ações com a finalidade desejada, e constitui o processo do conhecimento no seu conjunto.

¹⁷ “O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva - não é um problema da teoria, e sim um problema *prático*. É na prática que o ser humano deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno do seu pensamento. O debate sobre a realidade ou irrealidade do pensamento - isolado da prática - é um problema puramente *escolástico*” (TF, tese 2). Lenin desenvolve o significado disto mais amplamente (Lenin, 1982, p. 103-108).

¹⁸ O conceito de prática, que Marx propõe nas TF, parece consistir basicamente em uma oposição à concepção tanto dos objetos da realidade quanto das percepções baseadas nos sentidos, como se resultassem da contemplação passiva. Segundo Marx, as percepções resultam, ao contrário, da *atividade* prática ou material e constituem, portanto, categorias da ação prática e não da contemplação: “A principal deficiência do materialismo até agora (...) é que o objeto, a realidade, o sensível só é concebido sob a forma *de objeto ou de representação*; mas não como *atividade sensorial humana, praxis ...*”. A falha do

representar adequadamente o ponto de vista de Marx sobre a natureza da prática e do processo do conhecimento como um todo:



A seta na parte superior do esquema, do *concreto pensado* ao *concreto real*, ressalta o fato de que o conhecimento, como resultado do processo, reage continuamente sobre a prática material, realimentando-a e sendo por ela novamente aperfeiçoado. Ao mesmo tempo pretende-se demonstrar o fundamento da noção marxista de que a teoria e a prática são duas atividades que não podem existir isoladamente uma da outra - não se faz atividade prática sem conhecimento do pretendido, nem se elabora conhecimento sem realizar atividade prática -, embora possam ser separadas como funções de indivíduos diferentes, como se verá.

Por outro lado, o ser humano, desde o início, organiza-se em grupos e produz em grupo, com base em formas progressivas de divisão do trabalho, ou seja, em formas sociais progressivas. Consequentemente, a produção deve ser conceituada não como produção individual mas como produção social, e sua base não é o trabalho individual mas o trabalho combinado socialmente numa estrutura de divisão do trabalho. Isto tem duas implicações. Primeira, todo produto individual é apenas uma parte do produto total, não apenas em termos quantitativos, mas principalmente qualitativos, pois cada produtor fornece um produto diferente. Isto implica que nenhum indivíduo pode sobreviver do produto físico do próprio trabalho, do qual obtém apenas uma parte (tanto menor quanto mais desenvolvida a divisão do trabalho) dos meios de produção e consumo essenciais à sua sobrevivência. Segunda implicação: o trabalho e o produto do trabalho devem ser distribuídos entre os membros da sociedade, o que pressupõe um processo contínuo de interação entre estes, condicionado pela estrutura do processo social de produção. Esta estrutura de interações constitui o que Marx denominou as relações *sociais* de produção e distribuição, que constituem a *estrutura econômica* da sociedade e o objeto da economia como ciência¹⁹ (CEP, p. 135/100). Isto significa que o *concreto real*, que constitui a base material do processo de conhecimento específico representado pela economia, é a rede de relações estabelecidas pelos indivíduos, em determinada

materialismo anterior é portanto dupla: ou concebe o objeto real contemplativamente como um objeto externo, ou o concebe como representação, também contemplativamente. Marx acrescenta, esclarecedoramente, que Feuerbach concebe a realidade como objeto distinto do objeto do pensamento, isto é, da representação do objeto (o que é correto), mas não concebe a atividade humana como *atividade objetiva*. Na tese 5 afirma que a percepção sensível deve ser concebida como "atividade humano-sensorial *prática*" (TF, teses 1e 5).

¹⁹ "As categorias econômicas são apenas as expressões teóricas, as abstrações das relações sociais de produção" (MF, p. 121/130).

sociedade, na produção e distribuição dos meios necessários à sobrevivência²⁰. Assim sendo, o conceito de prática ou processo do conhecimento engloba dois conjuntos de relações, as relações do ser humano com a natureza e suas relações recíprocas na sociedade²¹. A teoria econômica, resultante do processo de elaboração do conhecimento nesta área, constitui um *concreto pensado* específico, uma totalidade de múltiplos elementos interrelacionados, que são as abstrações ou conceitos que expressam as relações sociais de produção e distribuição. Por este motivo é que a teoria econômica, para Marx, é uma teoria social.

A divisão do processo do conhecimento em duas etapas, a material e a mental, tem uma importante consequência. No início, a ação sobre a natureza e a sua interpretação - isto é, as práticas material e mental - são realizadas pelos mesmos indivíduos. Mas, à medida que a divisão do trabalho evolui, institui-se também, aos poucos, a divisão entre os trabalhos material e mental ou intelectual. Isto significa que a produção material e a produção intelectual passam a ser realizadas, gradualmente, por indivíduos diferentes, com implicações que serão indicadas adiante.

Finalmente, é necessário deter-se na relação existente entre o *concreto pensado* e a realidade empírica. Esta relação vem à mente quando se reflete sobre se o *concreto pensado* coincide com a realidade empírica, o que parece ser o caso, pois se pretende que ele constitua a reprodução do real como uma totalidade coerente, mas ao mesmo tempo parece não ser o caso, pois ele constitui apenas uma categoria mental. Em primeiro lugar, admitindo ter sido tecnicamente correto o processo de elaboração do *concreto pensado*, deve-se concluir que este representa efetivamente a realidade a que se refere. Mas como este concreto se compara com a realidade efetiva, inicialmente mencionada, e caracterizada como caótica? Um pouco de reflexão indica que a realidade empírica - o *concreto real* - não é caótica. Caótica é a representação da realidade tal como apreendida diretamente pelos sentidos, portanto como categoria sensorial ainda não elaborada pelo pensamento. A apreensão da realidade como totalidade coerente, que ela é, requer que a representação direta, caótica, seja convertida pelo pensamento em uma totalidade igualmente coerente. Mas este resultado do processo, o *concreto pensado*, é um produto do pensamento, inteiramente construído com material abstrato, que são as abstrações ou conceitos teóricos²². O *concreto pensado*, portanto, é uma categoria do pensamento e não da realidade. Como tal, não pode encontrar correspondência direta na realidade empírica. Uma ilustração econômica talvez torne isto mais claro. Tomemos as categorias valor e taxa média de lucro. Elas são conceitos ou abstrações que integram o capitalismo como *concreto pensado*, mas não existem em forma abstrata em nenhuma economia capitalista. O que existe é uma certa expressão dos valores em sistemas de preços diferentes segundo a época e o país; e a taxa média de lucro como estruturas móveis igualmente diferenciadas de taxas específicas. O próprio capitalismo, entendido como *concreto pensado*, que é o modo de produção, não existe como tal no mundo real, mas apenas em formas históricas objetivas, que Marx denominou formações econômico-sociais.

O produto teórico da economia, portanto, é uma representação mental da estrutura econômica da sociedade, que no caso do capitalismo procura retratar a lógica interna geral do sistema, mas não representa nenhuma economia capitalista específica. Como é que esta representação mental se relaciona às suas formas empíricas de existência, como por exemplo as economias norte-americana ou japonesa? A

²⁰ Estas relações são determinadas, em ambos os aspectos - produção e distribuição - pela estrutura da divisão do trabalho entre os membros da sociedade (cujas extensão e profundidade são determinadas pelo nível de desenvolvimento técnico da produção e da distribuição), e pelo regime jurídico da propriedade dos meios de produção, que será analisado em seguida.

²¹ “A produção da vida (...), apresenta-se portanto de imediato como uma dupla relação - por um lado natural, por outro lado social - social no sentido da ação combinada de muitos indivíduos, sejam quais forem as circunstâncias, o modo específico e o objetivo” (IA, p. 29-30).

²² “O todo, tal como se apresenta na cabeça como um todo pensado, é um produto da cabeça pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que difere dos modos mental-artístico, mental-religioso ou mental-prático de apropriação deste mundo. O sujeito real continua existindo fora da cabeça na sua autonomia (...)” (MEP, p. 123/37).

resposta é que o *concreto pensado* pode ser elaborado em diferentes graus de ‘concreção’, ou de ‘abstração’²³. Assim, o modo de produção constitui um *concreto pensado*, abstraídas as características que distinguem as economias nacionais umas das outras. Um maior grau de concreção - ou menor de abstração - requereria suspender a abstração das características nacionais, incorporando ao concreto representado pelo conceito geral de modo de produção as características específicas de um país. Marx assinalou que, se é fácil fazer o trajeto do empírico ao abstrato, é difícil fazer o caminho inverso, e ilustrou isto com o conceito de fruta, para expor o contraste entre os procedimentos materialista e idealista. A observação de qualquer fruta específica, por exemplo uma maçã, permite ao observador imediatamente dizer tratar-se de uma fruta, mas à pergunta “apresente-me ‘a’ fruta”, ser-lhe-ia impossível fazê-lo, pois não há qualquer objeto particular que seja ‘a’ fruta. Mas ele teria resposta se lhe fosse pedida uma fruta com determinadas características que lhe permitissem identificar a fruta particular desejada. Isto significa que a identificação do empírico que corresponde a um abstrato determinado não pode ser direta, mas requer o acréscimo de elementos mais concretos²⁴.

A síntese disto é que o *concreto pensado* não é o próprio real, mas a representação *lógica* do real, que Marx denominou a essência do real em oposição à sua aparência. Portanto o produto da atividade intelectual - o *concreto pensado* ou teoria - é a representação da essência ou das conexões internas da realidade, que não é perceptível diretamente pelos sentidos, mas deve ser elaborado pela reflexão. Mas a aparência, na concepção de Marx, ao contrário de Hegel, não constitui a manifestação fenomênica, aleatória e passageira, de essências residentes na idéia absoluta, mas constitui a forma real de existência do mundo material, tal como é percebido pelos sentidos.

A oposição idealismo/materialismo

O exposto fornece uma base adequada para a apresentação do ponto de vista do idealismo filosófico e da crítica que lhe fez Marx, principalmente na sua expressão em Hegel. A exposição da concepção da dialética abstrato/concreto de Marx forneceu uma síntese do caráter materialista da sua teoria do conhecimento, que pode ser resumida em uma fórmula comum nas exposições sobre o materialismo filosófico: as idéias constituem o reflexo - não como contemplação, mas como prática sensorial - do mundo material na mente humana, implicando que a realidade material existe antes e independentemente da consciência. O idealismo filosófico, que alcançou seu máximo desenvolvimento na filosofia de Hegel, postula, ao contrário, que as idéias possuem precedência sobre a realidade material²⁵. Reconhece-se no idealismo filosófico uma projeção das idéias religiosas, que postulam uma divindade criadora do mundo segundo um projeto determinado, cuja realização constitui o pano de fundo da evolução da natureza e do ser humano²⁶. O desenvolvimento do conhecimento é concebido como um processo de progressiva explicitação do projeto divino - ou Idéia Absoluta, segundo Hegel - na mente humana, na mesma medida que a evolução histórica constitui a realização progressiva deste projeto, bifurcando-se no plano objetivo como antítese do espírito, e retornando como síntese ou concreto realizado ao plano das idéias.

Assim, o idealismo filosófico interpreta os conceitos ou abstrações de modo diametralmente oposto ao da filosofia materialista. A diferença fundamental entre estas duas concepções reside na origem das abstrações simples que constituem a matéria prima do *concreto pensado*. O idealismo filosófico atribui

²³ Aplica-se aqui o segundo sentido do concreto, apontado por Saad Filho, isto é, diferenciar, na esfera mental, “conceitos que são mais ou menos determinados no pensamento” (Saad Filho, *idem*).

²⁴ “É impossível passar de uma abstração ao *oposto* da abstração, se eu não *suspendo* a abstração” (SF, p. 60).

²⁵ “Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do ser humano” (Posfácio, p. 20).

²⁶ Referindo-se à evolução da filosofia idealista alemã até Hegel, Marx afirma que “os alemães movem-se na esfera do ‘espírito puro’ e convertem a ilusão religiosa na força motriz da história” (IA, p. 39).

tais abstrações a uma origem sobrenatural. Isto lhe permite interpretar o mundo, na versão hegeliana, como uma gradual realização da Idéia no plano material. Neste caso as abstrações são conceituadas como categorias lógicas que constituem a essência real das categorias empíricas. Segundo Hegel, seguindo a tradição idealista que vem de Platão, uma abstração não representa um objeto real, mas a sua essência ideal, da qual os diferentes objetos de uma mesma família são variações fenomênicas. Desde Platão esta noção permitiu postular a estabilidade essencial da realidade, a sua natureza eterna e imutável, em face da variedade e diversidade dos fenômenos reais que, na sua variabilidade aparente, são concebidos como múltiplas manifestações das mesmas essências imutáveis. Segundo Hegel, é o conjunto destas essências que forma o concreto, que é uma categoria do espírito. Deste modo, a realidade material constitui, para Hegel, uma coleção caótica de ‘encarnações’ das essências abstratas, que adquirem sentido apenas quando reduzidas a estas essências residentes no Espírito, que constitui a totalidade internamente articulada ou concreto. Diferentemente de Marx, portanto, para Hegel o mundo material é apenas uma mediação no processo evolutivo da Idéia.

Segundo Marx, o idealismo inverte a relação entre os objetos reais e suas representações como idéias ou abstrações, resultando que a abstração define-se de modos diferentes nas duas filosofias. Marx fez a crítica da definição idealista, tanto em sua expressão geral, na SF (cap. 5.2. O segredo da construção especulativa), quanto na sua aplicação à economia, na MF (cap. 2.1. O método). Em síntese, o método idealista concebe os objetos reais como meras manifestações passageiras de essências imateriais e abstratas, ao passo que o método materialista concebe as abstrações como produtos da elaboração intelectual, com base na prática material, constituindo generalizações de características comuns a diversos objetos reais. Marx exemplifica com o conceito de fruta. Em sentido materialista o conceito *fruta* é a generalização ou abstração de um caráter comum a diversos objetos reais como maçã, laranja, etc. Neste exemplo as frutas são as categorias da realidade material, ao passo que o conceito é uma abstração resultante da reflexão baseada na prática, sendo portanto um produto do intelecto. Assim, a *fruta* é o conceito elaborado pelo intelecto a partir dos objetos reais, que são as frutas realmente existentes (SF, p. 60). No sentido idealista, em contraste, a abstração constitui a categoria real, na forma de uma essência imaterial, residente no mundo das idéias, que se manifesta em diversos objetos reais diferenciados, que são apenas diferentes expressões, ou aparências, da mesma essência ‘imaterial e abstrata’. No sentido idealista o conceito *fruta* é a categoria real, ou essência, da qual as diferentes frutas são apenas encarnações imperfeitas e passageiras. (Ibidem, p. 60-61).

A concepção idealista da esfera material como reflexo de uma esfera ideal, além de refletir, segundo Marx, contradições sociais objetivas, também encontra justificativa em uma ilusão cujo fundamento reside na própria natureza do processo do conhecimento, exposto acima, em particular à medida que o desenvolvimento social atinge fases mais avançadas. Este fundamento consiste, em primeiro lugar, no fato de que conhecer é reproduzir o real através do pensamento, conseqüentemente o concreto real apresenta-se de imediato como um produto intelectual, cuja matéria prima são as abstrações simples elaboradas previamente, que são também produtos intelectuais. Assim, isolando-se do processo do conhecimento como um todo, representado esquematicamente acima, a etapa mental, é possível conceber o próprio mundo como produto do pensamento, seja do próprio ser humano ou de um ser concebido como superior, que em Hegel é a Idéia ou o Espírito absoluto²⁷. A ilusão de que o mundo real é uma criação do pensamento reforça-se com a difusão da divisão do trabalho entre as atividades materiais e mentais, ou entre os trabalhos manual e intelectual. O fato de que a etapa intelectual do processo de conhecimento, ou da prática, é realizada por indivíduos especializados nesta função e totalmente separados das atividades da

²⁷ “Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; ao passo que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é apenas o modo pelo qual o pensamento se apropria do concreto e o reproduz como concreto pensado” (MEP, p. 123/36).

produção direta, fundamenta a pretensão de que a atividade intelectual possui autonomia diante da atividade material, e converte-se em uma aparente justificativa da primazia do espírito sobre a matéria²⁸.

Sucessão de modos de produção e mudança nos modos de pensar

Vimos que as idéias refletem a atividade humana como fenômeno social e não individual, englobando as relações do ser humano com a natureza, por um lado, e uns com os outros na sociedade, por outro. É um fato reconhecido que as idéias, as teorias, alteram-se ao longo da história. Idéias dominantes são abandonadas e novas idéias surgem. O princípio da elaboração do conhecimento a partir da prática implica que a evolução das idéias deve ser concebida como reflexo de mudanças nas relações do ser humano com a natureza e na sociedade²⁹. Segue-se disto que a história das idéias é destituída de sentido se desligada da história da prática humana³⁰. Embora decomposta analiticamente nas esferas natural e social, a atividade humana constitui uma totalidade, pois a esfera natural é o processo de produção e este é um processo social, porque baseado na divisão do trabalho. Marx postulou que a prática, concebida duplamente deste modo, origina padrões definidos de organização social, os modos de produção, cuja configuração é determinada pela combinação de dois elementos: o grau de desenvolvimento das forças produtivas, ou da técnica, em sentido amplo, e as relações sociais de produção, refletidas no regime jurídico da propriedade dos meios de produção. No que diz respeito ao desenvolvimento da técnica, que pressupõe o desenvolvimento do conhecimento da natureza com base na evolução da prática material, Marx postula a existência de patamares qualitativamente diferenciados do seu desenvolvimento. Pode-se assim determinar épocas históricas sucessivas, caracterizadas por padrões progressivos, qualitativamente diferenciados, da base técnica da produção. Estes patamares, porém, estão vinculados a regimes de propriedade determinados.

O papel do regime da propriedade dos meios de produção é mais complexo e, dadas as suas implicações sociais e seu caráter essencial nas sociedades modernas, mais explosivo. Segundo Marx, a cada nível de desenvolvimento das forças produtivas corresponde um regime determinado de propriedade, nesta ordem³¹. É essencial observar que este postulado decorre necessariamente da concepção materialista da relação entre a prática material e a consciência, uma vez que o regime de propriedade é uma categoria jurídica, situada portanto na esfera da consciência. Como a fonte do conhecimento e da elaboração de conceitos é a prática material, que condiciona as relações sociais - impostas estas, deve-se lembrar, pelo caráter objetivo da produção e da distribuição dos meios de vida -, segue-se que o regime de propriedade deriva o seu caráter da configuração técnica da produção. Ao relatar o resultado das suas pesquisas iniciais, no prefácio da CEP, Marx é explícito a este respeito:

“Na produção social da sua vida os seres humanos estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção, que *correspondem a níveis determinados de*

²⁸ “A divisão do trabalho somente se torna efetivamente divisão a partir do momento em que se institui uma divisão entre os trabalhos material e intelectual. A partir deste momento a consciência *pode* realmente pretender ser algo mais do que a consciência da prática existente, [pode pretender] *realmente* representar algo, sem representar algo real - a partir deste momento a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e se dedicar à formulação da teoria, teologia, filosofia, etc. ‘puras’” (IA, p. 31, inserção acrescentada).

²⁹ “Os mesmos seres humanos, que elaboram as relações sociais de modo compatível com a sua produtividade material, também elaboram os princípios, as idéias, as categorias de modo compatível com as suas relações sociais. Consequentemente estas idéias, estas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que elas expressam. Elas são *produtos históricos, efêmeros, momentâneos*” (MF, p. 122/130, grifos no original).

³⁰ “Estas abstrações, separadas da história real, não possuem qualquer valor” (IA, p. 27). Esta passagem alerta para a dimensão histórica da evolução do processo de conhecimento e remete ao chamado caráter lógico-histórico do método, atribuído a Marx mas sujeito a controvérsia.

³¹ “Os diferentes graus de desenvolvimento da divisão do trabalho são, em igual número, diferentes formas da propriedade; isto é, o grau da divisão do trabalho em cada momento determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (IA, p. 22).

desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (...) O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral” (CEP, p. 135/100, grifos acrescentados).

A produção material da vida é a base de toda a atividade humana, com base na qual as forças produtivas se desenvolvem através da solução progressiva dos problemas que se apresentam sucessivamente, e é o desenvolvimento das forças produtivas que altera a configuração das relações do ser humano com a natureza e na sociedade³².

Há uma diferença necessária entre os conceitos de propriedade como apropriação material e como regime jurídico. Toda produção é apropriação de materiais naturais por quem produz. Na medida que o conteúdo técnico da produção se desenvolve, a apropriação de materiais naturais vale-se de materiais previamente extraídos da natureza pelo produtor, os meios de produção produzidos, como ferramentas, matérias-primas elaboradas, etc. No início histórico da atividade produtiva, quando a divisão do trabalho era limitada e pequenos os grupos humanos, a produção e a apropriação apresentavam um caráter coletivo elementar, não havia distinção entre a apropriação individual e a coletiva, sendo a terra o meio de produção fundamental. Ao correspondente período histórico Marx denominou comunismo primitivo. Todavia, à medida que a divisão do trabalho especializou famílias e/ou grupos de famílias em ramos de produção distintos, separaram-se agricultura e pecuária, campo e cidade, produção e circulação, produção e consumo, etc., e os meios de produção produzidos tornaram-se mais relevantes. Surgiu assim uma mediação entre a apropriação individual pela produção e a apropriação coletiva pela distribuição do produzido. A produção especializada individualizou a apropriação dos meios de produção produzidos e da terra, dando origem gradualmente ao conceito jurídico da propriedade privada, distinto dos conceitos da apropriação pelo trabalho e pela distribuição³³. Iniciou-se com isso a época histórica das sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, que se distinguem uma da outra pelas diferentes formas específicas deste regime de propriedade.

O comunismo primitivo designa a propriedade coletiva no sentido de propriedade comum ou geral, englobando todos os membros do grupo social. A propriedade privada, por seu lado, não designa a generalização da propriedade dos meios de produção em caráter privado individual, mas implica a limitação da propriedade, a sua privação para uma parte da sociedade, de modo que esta cinda-se em duas classes, proprietária e não-proprietária. A instituição da privação da propriedade corresponde à instituição da exploração do trabalho alheio³⁴, dando origem a uma ruptura da sociedade em uma parte dominante e uma parte dominada, que tem consequências decisivas sobre o processo de elaboração das idéias.

Esta cisão da sociedade pressupõe que a produtividade do trabalho atingiu um nível tal que torna possível que o trabalho do produtor direto reproduza não só a própria vida como ainda a da classe proprietária, de modo que esta, no todo ou em parte, não mais necessita trabalhar diretamente na produção. Isto permite que a divisão do trabalho se estenda às duas partes em que se divide a atividade prática, isto é, a prática material e a prática intelectual tornam-se funções de indivíduos diferentes. Mais precisamente, o trabalho intelectual torna-se função de uma parte da classe proprietária. O fato de que a elaboração das idéias

³² Esta relação não se reduz à simplória suposição da determinação linear do fazer ao pensar, mas refere-se ao encadeamento lógico, ou à primazia lógica da atividade prática no processo de geração das categorias do pensamento em sentido amplo, aí incluídas as das esferas social, política, cultural, etc., e não exclui por conseguinte a ação recíproca entre estas e a esfera da prática material. Isto está implícito, aliás, no vínculo em mão dupla entre as práticas material e intelectual: a prática material permite expandir o conhecimento, e este permite aperfeiçoar a primeira (IA, p. 43-44).

³³ Segundo Marx, a divisão do trabalho é um fenômeno de capital importância, pois dá origem, por um lado, à distinção entre o interesse individual e o interesse coletivo, e por outro constitui a base da propriedade privada como conceito jurídico (IA, p. 32-33).

³⁴ Segundo Marx, o conceito de propriedade coincide, desde a antiguidade, com “a definição dos modernos economistas, segundo a qual ela corresponde à apropriação da força de trabalho alheia” (IA, p. 32).

torna-se função exclusiva de uma das partes em que a sociedade está cindida tem consequências decisivas sobre a forma tomada pelos conceitos que expressam as relações sociais vigentes. Assim, a privação da propriedade de uma parte da sociedade, a exploração do trabalho alheio, etc., que representam relações sociais objetivas condicionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, expressam-se como idéias que conformam a consciência social, mas produzidas por integrantes de uma classe específica, a classe dominante. Assim, “as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que constitui o poder *material* dominante da sociedade, constitui ao mesmo tempo o seu poder *intelectual* dominante”, pois a classe que domina a produção e a distribuição dos meios materiais, domina também a produção e a distribuição das idéias.

Em que consistem as idéias dominantes? Seguindo a relação material/intelectual já exposta, elas “nada mais são do que a expressão ideal [isto é, na forma de idéias - CMG] das relações materiais dominantes, ou das relações materiais dominantes concebidas como pensamentos; ou seja, das relações que fazem de uma classe a dominante, ou seja, os pensamentos da dominação” (IA, p. 46-7). Assim, a cisão da sociedade em classes antagônicas incide sobre o momento intelectual do processo do conhecimento, conferindo-lhe um viés específico, que reflete o caráter específico do domínio de classe vigente. Portanto, primeiro, as idéias que expressam a dominação são geradas pela existência objetiva da dominação, condicionada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Consequentemente, não é o surgimento prévio de idéias ou intenções de dominação que dá origem à dominação de classes, mas o contrário é que ocorre. Segundo, são os integrantes de um segmento social específico - pertencente à classe dominante - que exercem a função de elaborar o sistema de idéias dominante na sociedade, condicionado também isto pelo desenvolvimento real das forças produtivas. Nesta medida as idéias que expressam a dominação são elaboradas como justificação da dominação, originando as interpretações ideológicas próprias de cada época histórica.

Da elaboração, na forma de auto-justificação da dominação, das idéias que expressam relações objetivas de dominação, decorrem duas implicações: por um lado, pode-se supor que as idéias dominantes de uma época sejam independentes do caráter específico do domínio de classe vigente, e elabora-se teorias postulando que as estruturas econômica, social, institucional, de cada época são um produto das idéias dominantes nesta época, e não o contrário. As idéias ou concepções aceitas por todos são concebidas, assim, como a fonte da qual brota a realidade, e são responsabilizadas pelo que a realidade apresenta de bom ou mau. Isenta-se assim a realidade e especialmente a classe dominante do momento. Disto deduz-se o corolário de que a transformação das estruturas sociais requer a prévia transformação das idéias ou teorias vigentes. Por outro lado, a classe dominante desenvolve a pretensão de que é um determinado sistema de idéias ou concepções que determina o seu domínio como imposição de uma predestinação transcendental (IA, p. 47). É compreensível, assim, que os pensamentos dominantes, embora representem relações - objetivas mas historicamente passageiras -, que fazem de uma classe a classe dominante, sejam formulados, ao contrário, como expressão da essência humana *natural*, isto é, inscrita no ser humano pela natureza para sempre. Esta operação mental permite representar o domínio da classe do momento em expressão da natureza eterna do ser humano e não dos interesses passageiros da classe que no momento exerce o domínio.

É deste tipo a concepção da natureza humana dominante no capitalismo, na medida que ela atribui ao ser humano, como sua essência natural, o conjunto das idéias que expressam o predomínio das relações capitalistas de produção e distribuição e consequentemente da classe capitalista. Assim, a noção fisiocrática da *ordem natural* - uma das expressões originais da ideologia burguesa em geral - afirma que a ordem mercantil capitalista, isto é, as relações sociais próprias do capitalismo, expressam as motivações intrínsecas ou inatas à natureza humana, sendo por isto uma ordem *natural*³⁵. Disto se segue que todas as

³⁵ Os fisiocratas “... concebem a forma capitalista da produção “como uma forma natural eterna da mesma. Para eles as formas burguesas da produção apresentam-se necessariamente como a forma natural da mesma” (TMV1, 1977a, p. 338). A economia

outras formas de organização social são *artificiais*, porque colidem com as motivações naturais inatas do ser humano (MF, p. 134/139). Na *Riqueza das Nações* este pressuposto aparece logo no início, no postulado de que a economia mercantil resulta da propensão à troca, tida como inata no ser humano, o que implica do mesmo modo que a ordem mercantil capitalista é uma ordem natural (Smith, cap. 2). Todas as idéias que expressam as relações *especificamente* capitalistas e consequentemente o domínio da classe capitalista, são tidas como reflexos de atributos do ser humano *em geral*. Assim por exemplo a forma *capitalista* da propriedade privada é conceituada como a forma *geral* da propriedade; o mesmo se dá com a perseguição do interesse privado como princípio regulador; com a concorrência e a vitória dos mais aptos; com o Estado como guardião da ordem capitalista, a forma *geral* da ordem social, e assim por diante.

Este processo de ideologização da realidade constitui o fundamento do individualismo metodológico, o qual postula precisamente que a explicação da estrutura social atual - que é capitalista - deve ser buscada nas motivações *naturais* do indivíduo, que confunde com as motivações do indivíduo *capitalista*, interpretando-as como motivações inatas do ser humano *em geral*. Aplicado à economia, este procedimento implica que as relações econômicas capitalistas, que constituem a estrutura básica da sociedade atual, têm igualmente sua origem na exteriorização de uma essência humana eterna previamente existente. O individualismo metodológico expressa, portanto, no terreno do método, o processo de inversão da direção da causalidade, que vai da prática material para as idéias. Deste modo o seu procedimento constitui, objetivamente, uma justificação teórica da racionalidade própria do capitalismo. A racionalidade econômica também é eterna e imutável: os seus postulados representam motivações impressas no ser humano pela ordem natural e não pela ordem social, consequentemente a ordem capitalista é a única ordem social compatível com a natureza humana. É por este motivo que Marx caracteriza como ahistórico o enfoque da economia clássica, pois é incapaz de conceber o capitalismo como forma de organização social condicionada historicamente e portanto destinada a ser superada, como todas as demais.

Na concepção materialista elaborada por Marx, ao contrário, “a essência humana não é um abstrato residente no indivíduo isolado. Na sua realidade ela é[, ao contrário, - CMG] o conjunto das relações sociais” (IA, p. 6). A sociedade também não é um conjunto de indivíduos - que seria a população -, mas uma rede de relações sociais. Neste sentido é que se pode dizer que, na teoria de Marx, o indivíduo é determinado pela sociedade, e não o contrário. Mas neste caso o ser humano aparece como um ser passivo, parecendo incompatível com a concepção, exposta antes, segundo a qual ele é o sujeito da própria história, através da atividade prática. Como se explica o aparente paradoxo? É que o ser humano que elabora a própria história não é o indivíduo isolado, mas o coletivo social, que elabora uma rede complexa de relações com a natureza e entre si, das quais só gradualmente toma consciência. Deste modo o indivíduo, concebido isoladamente, e cada geração, defrontam-se com condições objetivas que não escolheram e dentro de cujo contexto devem viver e desenvolver sua atividade prática, do modo descrito, através da qual transformam o contexto. Portanto, o processo através do qual o ser humano, como ser social, produz a sua história, é por sua vez condicionado historicamente.

Uma implicação relevante resulta deste vínculo entre o ser e a consciência. Da exposição de Marx deduz-se, por um lado, que as idéias dominantes em sociedades de classes expressam as relações vigentes, de dominação de uma classe sobre outra. Todavia, o domínio de classe vigente resulta não da

política, “à medida que é burguesa, (...) ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório da evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social (...)” (Posfácio, p. 16). Assim, “os economistas concebem as relações de produção burguesas, a divisão do trabalho, o crédito, o dinheiro, etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas (...) [motivo pelo qual eles - CMG] nos explicam como se dá a produção na vigência das condições acima expostas; o que eles, no entanto, não nos explicam é como estas condições são, por sua vez, produzidas, isto é, o movimento histórico que lhes dá vida” (MF, p. 126).

imposição arbitrária do domínio, mas de uma organização necessária da produção social, isto é, imposta pela trajetória objetiva de desenvolvimento das forças produtivas que conduz, primeiro, à cisão da sociedade em classes com base na propriedade privada e em seguida a formas sucessivas e qualitativamente distintas de tais sociedades, baseadas em diferentes formas da propriedade privada. Isto significa que a divisão em classes, e conseqüentemente o domínio de uma classe sobre a outra, foram resultados naturais e, neste sentido, inevitáveis, do desenvolvimento social em cada momento. Se o domínio de classe reflete uma organização da produção social resultante do desenvolvimento objetivo das forças produtivas, segue-se que não há, em princípio, justificativa para o surgimento de idéias fundamentadas divergentes das dominantes, ou seja, contrárias às relações de dominação vigentes. Ou melhor, não há justificativa para a emergência de idéias divergentes como representação de relações reais, pois não existem, em princípio, relações reais divergentes das relações vigentes. Todavia, caso relações reais divergentes surjam, idéias divergentes das dominantes surgirão, também necessariamente, como seu reflexo no pensamento.

E o fato é que, segundo Marx, idéias deste tipo surgem, também por força da necessidade imposta pelo desenvolvimento objetivo das forças produtivas, que gera novas configurações da divisão do trabalho, criando novas funções - e extinguindo antigas - na estrutura da produção e da distribuição, gerando correspondentemente novas relações de apropriação dos meios de produção e dos produtos. Estas novas realidades expressam-se na forma de novas concepções, que Marx denominou *revolucionárias*, porque propõem uma reformulação ou *revolução* nas relações sociais, assentadas, deve-se recordar, em formas definidas de propriedade. O que as novas idéias propõem é uma transformação qualitativa do regime da propriedade dos meios de produção. Mas não a propõem com base em princípios morais ou de justiça abstratos, mas refletindo as transformações objetivas, de natureza técnica, em curso na estrutura das forças produtivas, que fornecem o fundamento a uma demanda objetiva pela substituição das relações sociais vigentes por relações de novo tipo. Estas idéias não se propõem por elas mesmas, mas por intermédio dos sujeitos das novas relações de propriedade, que constituem uma nova classe em processo de gestação a partir das transformações em curso na esfera das forças produtivas.

Assim sendo, a nova classe resulta de um processo de transformação que abala o poder da classe dominante existente, porque surge de um abalo nas relações de produção em que tal domínio se baseia. Segundo Marx, é isto que caracteriza o surgimento de uma época histórica de revolução social, resultante da contradição que se estabelece entre “as forças produtivas materiais da sociedade e as relações de produção vigentes ou (...) relações de propriedade, no interior das quais até agora se moveram” (CEP, p. 136/100-1). É o raciocínio lógico exposto acima que justifica a afirmação seguinte de Marx, de que “a humanidade só se propõe tarefas que pode resolver, pois, após melhor exame se concluirá que a própria tarefa só se coloca onde as condições materiais da sua solução já existem ou estão em processo de gestação” (Ibidem, p. 136/101)³⁶.

Como se vê, este resultado decorre do desenvolvimento simultâneo das práticas natural (novas técnicas) e social (nova divisão do trabalho) na produção. A esfera das idéias, em todas as suas manifestações (científica, política, artística, etc.), reflete estes desenvolvimentos. O fato deste reflexo não ser linear nem simples, mas extremamente complexo, não anula o nexos lógico que vai da prática às idéias, desde que a

³⁶ Marx deriva este enunciado de modo rigorosamente coerente com o princípio materialista da geração das idéias a partir da atividade prática: “A existência de idéias revolucionárias em determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária (...)” (IA, p. 47). A seqüência lógica parte da ocorrência de uma transformação das técnicas, que causa por sua vez uma mudança nas relações de produção (regime de propriedade), cuja expressão objetiva é o surgimento de uma nova classe social, que por ser nova situa-se fora dos critérios de legitimidade das classes até então existentes. Em outras palavras, a nova classe não cabe na estrutura institucional existente, mas não pode ser eliminada porque resulta de novas realidades ao nível da base técnica da sociedade. O surgimento da burguesia no fim do feudalismo ilustra isto à perfeição. Esta é uma contradição objetiva que se reflete na disputa entre as classes antiga e nova pelo poder, que é, essencialmente, uma disputa pela propriedade dos meios de produção fundamentais.

análise pretenda fornecer uma explicação consistente da origem destas. Caso se negue o nexó lógico proposto por Marx, deve-se necessariamente remter as idéias a uma origem externa à prática humana objetiva, o que constitui uma forma de idealismo.

Diversas controvérsias surgiram no campo marxista com base em diferentes interpretações destes enunciados de Marx. Atribuiu-se a Marx, por exemplo, um determinismo mecanicista, por um lado na interpretação da chamada relação base-superestrutura, e por outro na suposta inevitabilidade do socialismo. Em artigo recente caracteriza-se como 'determinismo vertiginoso' a sequência lógica que conduz à revolução social, que se procurou sintetizar nos parágrafos anteriores, postulando a necessidade de contemplar outros fatores, como por exemplo a indeterminação e a subjetividade do indivíduo (Paula, 1994). Tendo-se em mente a natureza do concreto pensado, construído com base em abstrações, os elementos apontados por Paula não parecem conflitar com a teoria de Marx, pois a abstração implica eliminar muito do que se pode denominar indeterminado, sem constituir um erro técnico, e a subjetividade só seria conflitante com o enfoque de Marx caso se atribuísse a ela a capacidade de gerar conceitos desvinculados da atividade humana prática. Mas falta especificação mais precisa para validar qualquer conclusão. Estes são problemas abertos ao debate, para o qual espero que o presente artigo possa contribuir.

Conclusão

Procurou-se neste artigo expor a estrutura lógica básica das concepções de Marx sobre a origem das idéias - ou da esfera do pensamento - e sobre o processo da sua mudança ao longo da evolução histórica. Esta exposição colocou em evidência, ao mesmo tempo, as implicações da concepção materialista de Marx sobre o processo de geração das idéias de modo geral, sem ter sido necessário introduzir definições doutrinárias inócuas.

A exposição procurou destacar o nexó causal existente entre as atividades práticas do ser humano - nas suas relações combinadas com a natureza e uns com os outros em sociedade - e a sua atividade mental, através da qual reproduz o mundo material, sobre o qual age, como uma totalidade do pensamento. Este princípio, aplicado à economia, permite tornar mais preciso o significado dos enunciados de Marx no seu texto *O método da economia política*. Através do detalhamento das implicações das relações abstrato/concreto, expostas por Marx, procurou-se definir mais rigorosamente a concepção de Marx sobre o processo de formulação das teorias econômicas e, em seguida, sobre o processo da sua evolução histórica, paralelamente à evolução das formas de organização social ou modos de produção.

Bibliografia

CORAZZA, G. (1996). O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, Número Especial, p. 35-50.

DICCIONARIO DE FILOSOFIA (1984). Moscú : Editorial Progreso.

ENGELS, F. und MARX, K. (1973). Die Heilige Familie oder Kritik der kritischen Kritik : gegen Bruno Bauer und Konsorten. Berlin : Dietz Verlag. (1^a. ed. 1845). [A sagrada família]. [SF]

HEGEL, G.W.F. (1989). Introdução à História da Filosofia. In: HEGEL, G.W.F. Hegel, volume II. 4a. ed. São Paulo : Nova Cultural. *Os Pensadores*, p. 81-158

INWOOD, M. (1997). Dicionário Hegel. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.

- LEBOWITZ, M.A. (1994). Analytical marxism and the marxian theory of crisis. *Cambridge Journal of Economics*, v. 18, abril, p. 163-79.
- LÉNINE, V.I. (1982). Materialismo e Empiriocriticismo; Notas críticas sobre uma filosofia reaccionária. Moscovo : Ed. Progresso / Lisboa : Edições "Avante!".
- MARX, K. (1974/1859). Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. São Paulo : Abril Cultural. Os Pensadores, vol.. pp. 107-263. [MARX, K. (1980). *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858/61*. Berlin : Dietz Verlag. (MEGA, II/2)] [CEP]
- MARX, K. (1974/1857). O método da economia política. In: MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. São Paulo : Abril Cultural. Os Pensadores. pp. 122-129. [MARX, K. (1976). *Ökonomische Manuskripte 1857/58*. (Grundrisse I). Berlin : Dietz Verlag. (MEGA, II/1.1), p. 35-43]. [MEP]
- MARX, K. e ENGELS, F. (1975). Feuerbach: A Oposição entre as Concepções Materialista e Idealista (Cap. I de *A Ideologia Alemã*). Lisboa : Editorial Estampa.
- MARX, K. (1977/1857-58). Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858. v. 1, 9a. ed. México : Siglo xxi. Tradução de Pedro Scaron. [MARX, K. (1976). *Ökonomische Manuskripte 1857/58*. (Grundrisse I). Berlin : Dietz Verlag. (MEGA, II/1.1)] [GR1]
- MARX, K. (1980/1861-63). Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico (Livro 4 de O Capital). v.I. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. [MARX, K. (1977a). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (Manuskript 1861/63). (Theorien über den Mehrwert [1a. parte]). Berlin : Dietz Verlag. (MEGA, II/3.2)] [TMV1]
- MARX, K. und ENGELS, F. (1978a). Die Deutsche Ideologie; Thesen über Feuerbach. Berlin : Dietz Verlag. (Karl Marx / Friedrich Engels Werke, Band 3, 1958). [A ideologia alemã] [IA]
- MARX, K. (1980/1861-63). Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico. v.II. São Paulo : Civilização Brasileira. [MARX, K. (1978b). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (Manuskript 1861/63). (Theorien über den Mehrwert {2a. parte}). Berlin : Dietz Verlag. (MEGA, II/3.3)]. [TMV2]
- MARX, K. (s/d/1845). Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas, vol. 3. São Paulo : Editora Alfa-Omega. pp . 208-10. [MARX, K. und ENGELS, F. (1978a). *Die Deutsche Ideologie; Thesen über Feuerbach*. Berlin : Dietz Verlag. (Karl Marx/Friedrich Engels Werke, Band 3, 1958). p. 5-7] [TF]
- MARX, K. (1978c/1847). Miséria da Filosofia. Lisboa : Editorial Estampa. [MARX, K. (1977). *Das Elend der Philosophie : Antwort auf Proudhons "Philosophie des Elends"*. Deutsch von E. Bernstein und K. Kautsky; Vorwort und Noten von F. Engels. Berlin : Dietz Verlag. K. MARX / F. ENGELS. Werke, Band 4]. [MF]
- MARX, K. (1982). Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. In: Karl Marx - Werke . Artikel - Entwürfe; März 1843 bis August 1844. Text. Berlin : Dietz Verlag. (MEGA, v. I/2).
- MARX, K. (1983). Posfácio da 2ª. edição do Livro I de *O Capital*. In: MARX, K. (1983). *O Capital; crítica da economia política*. Tomo I. São Paulo : Abril Cultural. Os Economistas. p. 15-21. [Posfácio]
- OLIVEIRA, R.G. (1997). Marx: contradição e metafísica. *Estudos Econômicos*, 27(2):255-270.
- PAULA, J.A. (1994). Determinismo e indeterminismo em Marx. *Revista Brasileira de Economia*, 48(2)189-202.

- PAULANI, L.M. (1994). Sobre dinheiro e valor: uma crítica às posições de Brunhoff e Mollo. *Revista de Economia Política*, 14(3)[55]:67-77.
- ROEMER, J. (Ed.) (1989). *Analytical marxism*. Cambridge : Cambridge Univ. Press.
- SAAD FILHO, A. (1997). Re-reading both Hegel and Marx: the “new dialectics” and the method of Capital. *Revista de Economia Política*, 17(1)[65]:107-120.
- SILVESTRE, J.M. e CALAZANS, R.B. (1995). Alienação, fetichismo e valor: fundamentos ontológicos. *Ensaio FEE*, 16(1):169-189.
- SMITH, A. (1983). *A Riqueza das Nações; Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. v. 1 São Paulo : Abril Cultural.
- WOOD, E.M. (1989). Rational choice marxism: is the game worth the candle? *New Left Review*, (177):41-88, sept-oct.